

15/06/2018

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 34.702 PARAÍBA

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO,
ADV.(A/S)	: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO
INTDO.(A/S)	: CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMENTA: AGRAVO INTERNO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. ATO DO CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA. ARQUIVAMENTO DE RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. INADMISSÃO MONOCRÁTICA DE RECURSO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 115, § 2º, DO REGIMENTO INTERNO DO CNJ. ART. 61, § 2º, DO REGULAMENTO GERAL DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA. DEVIDO PROCESSO LEGAL E AMPLA DEFESA. NULIDADE DO ATO APONTADO COMO COATOR. REGULAR PROCESSAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. SUBMISSÃO DO RECURSO AO PLENÁRIO DO CNJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O artigo 115, § 2º, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça impõe ao relator que, caso não reconsidere a decisão recorrida, submeta o recurso administrativo ao Plenário do órgão.

2. O Corregedor Nacional de Justiça não pode inadmitir, por decisão monocrática, recurso administrativo interposto em face de decisão singular que determina o arquivamento sumário do feito, sob pena de ofensa ao *due process of law* (art. 5º, LIV, da CRFB/88). Precedentes: MS 32.937 AgR, Relator Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe 29-02-2016, MS 32.559 AgR, Relator Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJe 09-04-2015.

3. A observância do princípio da colegialidade é consectário dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, o que

MS 34702 AGR / PB

reclama sua observância mesmo em procedimentos de índole administrativa. Precedentes: MS 35.054 AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe 09-05-2018; RE 210.487, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, DJ 14-04-2000; MI 375 AgR, Rel. Min. Carlos Velloso, Tribunal Pleno, DJ 15-05-1992.

4. *In casu*, o Corregedor Nacional de Justiça vedou o prosseguimento de recurso interposto em face de decisão singular, impedindo a submissão ao Plenário do CNJ, o que configura o direito líquido e certo do impetrante, ora recorrido, ter seu recurso analisado pelo colegiado do órgão.

5. Agravo interno a que se **NEGA PROVIMENTO**.

A C Ó R D ã O

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, na conformidade da ata de julgamento virtual de 8 a 14/06/2018, por unanimidade, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 15 de junho de 2018.

Ministro **LUIZ FUX - RELATOR**

Documento assinado digitalmente

15/06/2018

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 34.702 PARAÍBA

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO,
ADV.(A/S)	: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO
INTDO.(A/S)	: CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Trata-se de agravo interno em face de *decisum* que concedeu parcialmente a ordem mandamental requerida, assim ementado, *in verbis*:

“MANDADO DE SEGURANÇA. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. ATO DO CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA. ARQUIVAMENTO DE RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. INADMISSÃO MONOCRÁTICA DE RECURSO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 115, § 2º DO REGIMENTO INTERNO DO CNJ. ART. 61, § 2º DO REGULAMENTO GERAL DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. NULIDADE DO ATO APONTADO COMO COATOR. REGULAR PROCESSAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. SUBMISSÃO DO RECURSO AO PLENÁRIO DO CNJ. SEGURANÇA CONCEDIDA”.

Originariamente, cuida-se de mandado de segurança com pedido de medida liminar, impetrado por Alekson Azevedo Monteiro em face de ato do Corregedor Nacional de Justiça, com o fito de anular decisão proferida nos autos da Reclamação Disciplinar 0001280-40.2017.2.00.0000, mediante a qual teria sido negado seguimento a recurso administrativo, sem

MS 34702 AGR / PB

submetê-lo ao crivo do Plenário do Conselho Nacional de Justiça.

Na exordial, defende o impetrante que a negativa de seguimento ao recurso administrativo pelo CNJ violaria seu direito líquido e certo ao princípio do devido processo legal, além de desrespeitar a norma encartada no artigo 115, § 2º, do Regimento Interno do CNJ.

No mérito, postula a concessão definitiva da segurança, para:

“(...) DECLARAR A NULIDADE DA DECISÃO DA AUTORIDADE COATORA QUE DENEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO JUNTO AO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, DETERMINANDO QUE SEJA DADO PROSSEGUIMENTO E REGULAR TRAMITAÇÃO AO REFERIDO RECURSO, NA FORMA E PARA OS FINS DO ARTIGO 115, § 2.º DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.”

Devidamente intimada, a autoridade coatora prestou informações, alegando, em síntese, ser descabida a pretensão do impetrante, por estar o ato em conformidade com o art. 25, IX, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, mormente pela manifesta improcedência do recurso administrativo.

No dia 30.06.2017, indeferi a medida liminar requerida, ante a ausência de comprovação da *(i)* plausibilidade do direito invocado pelo impetrante e *(ii)* do receio de dano de irreparável pela demora na concessão definitiva da ordem.

A Procuradoria Geral da República manifestou-se pela concessão da segurança em parecer assim ementado:

MANDADO DE SEGURANÇA. CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA. RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR.

MS 34702 AGR / PB

DECISÃO MONOCRÁTICA DE NEGATIVA DE SEGUIMENTO A RECURSO ADMINISTRATIVO. REQUISITOS LEGAIS. AUSÊNCIA. SUBMISSÃO AO PLENÁRIO DO CNJ. NECESSIDADE. CONCESSÃO DA SEGURANÇA.

1. Mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado contra ato do Corregedor Nacional de Justiça que, em Reclamação Disciplinar, negou seguimento ao recurso administrativo interposto contra o arquivamento sumário do feito, sem submetê-lo ao Plenário do Conselho Nacional de Justiça.

2. Nos termos do art. 115-§ 2º do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, bem como do art. 61-§ 2º do Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça, interposto recurso por autoridade judiciária ou por interessado que se considere prejudicado, cabe ao Corregedor reconsiderar a decisão recorrida no prazo de cinco dias ou submetê-la à apreciação do Plenário do CNJ na primeira sessão seguinte à data de seu requerimento.

– Parecer pela concessão da segurança, a fim de que o recurso administrativo interposto pelo ora impetrante seja submetido ao Plenário do Conselho Nacional de Justiça.

Em 15.03.2018, concedi a segurança para cassar a decisão singular do Corregedor Nacional de Justiça que não conheceu do recurso administrativo interposto no âmbito da Reclamação Disciplinar 0001280-40.2017.2.00.0000, e determinar que seja submetido à apreciação do Plenário do Conselho Nacional de Justiça.

Irresignada, a União apresentou o presente agravo interno.

Em amparo de sua pretensão, sustenta ser possível o desprovemento de recurso administrativo monocraticamente em caso de manifesta improcedência do pedido, nos termos do artigo 25, IX do Regimento Interno do CNJ. Afirma, ademais, que o impetrante limitou-se, no recurso administrativo, a reapresentar os argumentos já expostos na inicial, o que acarretaria a manifesta improcedência e a legitimidade da decisão monocrática.

MS 34702 AGR / PB

Ao final, pugna pelo provimento do agravo a fim de que seja reformada a decisão monocrática e denegada a segurança.

É o Relatório.

15/06/2018

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 34.702 PARAÍBA

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Consoante narrado, o presente agravo visa reformar decisão monocrática que concedeu parcialmente a segurança para cassar a decisão do Corregedor Nacional de Justiça e determinar a submissão do recurso administrativo à apreciação do Plenário do CNJ, sob pena de ofensa ao devido processo legal.

Conforme afirmado na decisão recorrida, o cerne do presente *writ* cinge-se a saber se o Corregedor Nacional de Justiça pode inadmitir, por decisão monocrática, recurso administrativo interposto em face de decisão singular que determina o arquivamento sumário do feito.

A despeito dos argumentos apresentados pela União, ora recorrente, a resposta é desenganadamente negativa.

O Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, em seu art. 115, § 2º, é explícito em determinar as possibilidades de atuação do Conselheiro frente a um recurso interposto contra decisão por ele proferida, *in verbis*:

“Art. 115. A autoridade judiciária ou o interessado que se considerar prejudicado por decisão do Presidente, do Corregedor Nacional de Justiça ou do Relator poderá, no prazo de cinco (5) dias, contados da sua intimação, interpor recurso administrativo ao Plenário do CNJ.

(...)

§ 2º O recurso será apresentado, por petição fundamentada, ao prolator da decisão atacada, que poderá reconsiderá-la no prazo de cinco (5) dias ou submetê-la à apreciação do Plenário na primeira

MS 34702 AGR / PB

sessão seguinte à data de seu requerimento.”

Da mesma forma, o Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça prevê, em seu artigo 61, § 2º, que “o Corregedor poderá, no prazo de cinco dias, retratar-se da decisão recorrida; caso contrário, submeterá o recurso à apreciação do Plenário na forma regimental”.

Mostra-se evidente, portanto, que diante de recurso administrativo, compete ao Corregedor Nacional de Justiça apenas duas possibilidades: (i) reconsiderar a decisão recorrida, ou (ii) submeter o recurso à apreciação do Plenário.

Esse, aliás, é o único entendimento adequado frente à estrutura principiológica do sistema jurídico brasileiro. Com efeito, os princípios da ampla defesa e do devido processo legal, encartados na Constituição da República, reclamam a observância compulsória do direito de recurso a ser analisado pelo órgão colegiado.

Consectariamente, o art. 25, IX, do Regimento Interno do CNJ, ao prever que é atribuição do Relator “*indeferir, monocraticamente, recurso, quando intempestivo ou manifestamente incabível*”, não pode agasalhar a glosa do direito à ampla defesa e ao contraditório e acarretar o impedimento de submissão dos recursos ao Plenário do órgão de controle. O dispositivo deve ser, assim, interpretado em conformidade com o princípio do devido processo legal (art. 5º, LIV, da CRFB/88).

Essa compreensão da matéria é consonante com a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal. A Segunda Turma desta Corte, ao julgar o MS 32.937 AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, reconheceu o direito do recorrente de ter o recurso administrativo, interposto contra decisão monocrática, levado à apreciação do Plenário do CNJ. Confira-se a ementa do precedente, *in verbis*:

“Agravo regimental em mandado de segurança. Concessão

MS 34702 AGR / PB

parcial da segurança. Vedação ao seguimento do recurso administrativo interposto perante o Conselho Nacional de Justiça. Violação da garantia do devido processo legal. Inobservância do art. 115, § 2º, do Regimento Interno do CNJ e do art. 61, § 2º, do Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça. Prerrogativas indisponíveis do contraditório e da plenitude de defesa, com os meios e recursos a elas inerentes, mesmo em procedimentos de índole administrativa. Artigos. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal. Precedente. Agravo regimental não provido. 1. A vedação, por decisão monocrática, ao prosseguimento de recurso interposto em face de decisão singular, com impedimento de submissão da insurgência ao colegiado do órgão, configura medida violadora do devido processo legal e desconforme com o art. 115, § 2º, do Regimento Interno do CNJ e com o art. 61, § 2º, do Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça. 2. Assiste ao interessado, mesmo em procedimentos de índole administrativa, como direta emanção da própria garantia constitucional do due process of law (CF, art. 5º, LIV) – independentemente, portanto, de haver previsão normativa nos estatutos que regem a atuação dos órgãos do Estado –, as prerrogativas indisponíveis do contraditório e da plenitude de defesa, com os meios e recursos a elas inerentes (CF, art. 5º, LV). Precedente: MS nº 32.559-AgR/DF, Relator o Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJe de 9/4/15. 3. Agravo regimental não provido.” (MS 32937 AgR, Relator Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 17/12/2015, DJe 29-02-2016).

Por oportuno, transcrevo ementa de recentíssima decisão exarada pelo Ministro Luís Roberto Barroso ao julgar o MS 35.163 e assegurar o direito do impetrante de ver seu recurso administrativo submetido ao Pleno do Conselho Nacional de Justiça, *in verbis*:

*Ementa: Direito administrativo e constitucional. Mandado de Segurança. Conselho Nacional de Justiça. Inadmissão monocrática de recurso administrativo. 1. Mandado de segurança impetrado contra ato de Conselheiro do CNJ que negou seguimento a recurso administrativo, sem submissão do feito ao colegiado. 2. **Nos temos do***

MS 34702 AGR / PB

art. 115, § 2º, do Regimento Interno do CNJ, o relator, caso não reconsidere a decisão recorrida, deve submeter o recurso administrativo ao Plenário. 3. A negativa de seguimento ao recurso administrativo por decisão monocrática relator viola o devido processo legal (MS 32.937-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli). 4. Segurança concedida. (MS 35163, Relator Min. ROBERTO BARROSO, julgado em 23/02/2018, DJe 27/02/2018).

Nesse mesmo sentido manifestou-se o Min. Gilmar Mendes ao conceder a ordem no MS 35.417, DJe 15.12.2017, e sustentar que *“tendo em vista que no caso concreto não foi franqueada ao ora impetrante a análise de sua pretensão recursal pelo Pleno do Conselho Nacional de Justiça, restou configurada violação ao devido processo legal a dar ensejo à concessão da ordem”*.

Não discrepam dessa orientação as seguintes decisões desta Corte, *in verbis*:

“MANDADO DE SEGURANÇA – DECISÃO DO CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO ADMINISTRATIVO SEM SUBMETÊ-LO AO CRIVO DO PLENÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – INADMISSIBILIDADE – INOBSERVÂNCIA DO RITO PREVISTO NO ART. 115, § 2º, DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E NO ART. 61, § 2º, DO REGULAMENTO GERAL DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA – PROCEDIMENTO DE CARÁTER ADMINISTRATIVO – SITUAÇÃO DE CONFLITUOSIDADE EXISTENTE ENTRE OS INTERESSES DO ESTADO E OS DO PARTICULAR – NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA, PELO PODER PÚBLICO, DA FÓRMULA CONSTITUCIONAL DO ‘DUE PROCESS OF LAW’ – PRERROGATIVAS QUE COMPÕEM A GARANTIA CONSTITUCIONAL DO DEVIDO PROCESSO – PRECEDENTES – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. – A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem reafirmado a essencialidade do princípio que consagra o ‘due process of law’, nele

MS 34702 AGR / PB

reconhecendo uma insuprimível garantia que, instituída em favor de qualquer pessoa ou entidade, rege e condiciona o exercício, pelo Poder Público, de sua atividade, ainda que em sede materialmente administrativa, sob pena de nulidade do próprio ato punitivo ou da medida restritiva de direitos. Precedentes. Doutrina. – Assiste ao interessado, mesmo em procedimentos de índole administrativa, como direta emanção da própria garantia constitucional do ‘due process of law’ (CF, art. 5º, LIV) – independentemente, portanto, de haver previsão normativa nos estatutos que regem a atuação dos órgãos do Estado –, a prerrogativa indisponível do contraditório e da plenitude de defesa, com os meios e recursos a ela inerentes” (CF, art. 5º, LV). (MS 32559 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 03/03/2015, DJe 09-04-2015);

“EMENTA: I. Julgamento nos Tribunais: competência decisória do relator: constitucionalidade, desde que susceptível de recurso para o colegiado. II. Vencimentos: reajuste: direito adquirido dos servidores a 7/30 do índice de 16,19% relativo à URP de abril de 1988, conforme decidido no julgamento plenário do RE 146.749, Moreira Alves, 18.11.94.” (RE 210487, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, julgado em 28/03/2000, DJ 14-04-2000);

“CONSTITUCIONAL. MANDADO DE INJUNÇÃO. SEGUIMENTO NEGADO PELO RELATOR. COMPETÊNCIA DO RELATOR (RI/STF, art. 21, par 1.; Lei n. 8.038, de 1.990, art. 38): CONSTITUCIONALIDADE. PRESSUPOSTOS DO MANDADO DE INJUNÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA. I. É legítima, sob o ponto de vista constitucional, a atribuição conferida ao Relator para arquivar ou negar seguimento a pedido ou recurso intempestivo, incabível ou improcedente e, ainda, quando contrariar a jurisprudência predominante do Tribunal ou for evidente a sua incompetência (RI/STF, art. 21, par 1.; Lei n. 8.038/90, art. 38), desde que, mediante recurso -- agravo regimental -- possam as decisões ser submetidas ao controle do colegiado. (...) V. Agravo regimental improvido.” (MI 375 AgR, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO,

MS 34702 AGR / PB

Tribunal Pleno, julgado em 19/12/1991, DJ 15-05-1992).

Por fim, a própria Procuradoria-Geral da República, ao manifestar-se pela concessão da segurança, ressaltou que:

“(...) Nesse sentido, é de ressaltar que contraria a ideia central do art. 115 do RICNJ, bem como a do art. 61-§ 2.º do Regulamento Geral da Corregedoria Nacional, permitir que a mesma autoridade que prolatou decisão terminativa possa também julgar o recurso contra ela interposto. No caso, se o Corregedor Nacional de Justiça manteve a decisão impugnada, não poderia, data venia, negar seguimento ao recurso administrativo, deixando de submetê-lo ao órgão colegiado competente para o pronunciamento a respeito da decisão recorrida”.

Portanto, não assiste razão jurídica à agravante, devendo a decisão recorrida ser mantida por seus próprios fundamentos.

Por fim, ressalte-se que não houve a intimação para apresentação de contrarrazões ao presente recurso, em obediência ao princípio da celeridade processual e por não se verificar prejuízo à parte ora agravada, uma vez que voto pela manutenção da decisão recorrida (artigo 6º c/c artigo 9º do CPC/2015).

Ex positis, **NEGO PROVIMENTO** ao presente agravo interno em mandado de segurança.

É como voto.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 34.702

PROCED. : PARAÍBA

RELATOR : MIN. LUIZ FUX

AGTE.(S) : UNIÃO

PROC.(A/S) (ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AGDO.(A/S) : ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO,

ADV.(A/S) : ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO (5539/PB)

INTDO.(A/S) : CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTICA

PROC.(A/S) (ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.6.2018 a 14.6.2018.

Composição: Ministros Alexandre de Moraes (Presidente), Marco Aurélio, Luiz Fux, Rosa Weber e Luís Roberto Barroso.

Disponibilizou processo para esta Sessão o Ministro Dias Toffoli, não tendo participado do julgamento desse feito o Ministro Alexandre de Moraes em razão da ordem de sucessão na Primeira Turma.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma